

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.316, DE 2001

Dá denominação de Edmo Edmundo Pinheiro ao trecho da rodovia BR-070, entre os Municípios de Aragarças e Aparecida do Rio Claro – GO.

Autor: Deputado BARBOSA NETO

Relator: Deputado VILMAR ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.316, de 2001, de autoria do nobre Deputado BARBOSA NETO, cuida de dar a denominação de “Edmo Edmundo Pinheiro” ao trecho da rodovia BR-070 localizado entre os Municípios de Aragarças e Aparecida do Rio Claro, no Estado de Goiás.

Na justificação apresentada, expõe o ilustre autor que a iniciativa da proposição teria como base o reconhecimento, pelo povo goiano, do valor do homenageado, que muito teria contribuído para o desenvolvimento econômico e agropecuário de Goiás e para a promoção de atividades desportivas no Estado.

Distribuído para exame de mérito à Comissão de Viação e Transportes, o projeto recebeu do órgão técnico parecer favorável a sua aprovação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete examinar a proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, nos termos previstos no art. 32, inciso IV, letra a, do Regimento Interno.

Não se verificam vícios de constitucionalidade ou juridicidade que possam comprometer a aprovação do projeto. Cuida-se de matéria pertinente à competência legislativa da União, já que envolve a designação de parte de um de seus bens, a rodovia BR-070, e não há reserva de iniciativa legislativa sobre ela.

A edição de lei com tal finalidade é amparada pelo ordenamento jurídico vigente, estando prevista no art. 2º da Lei nº 6682/79, a qual, ao dispor genericamente sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, faculta que, por lei especial, seja dado o nome de pessoa falecida a estações terminais, obras de arte ou trechos de via, como é o caso contemplado no projeto em apreço.

A técnica legislativa e a redação empregadas revelam-se adequadas, não havendo reparos a fazer.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação do Projeto de Lei nº 5.316, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado VILMAR ROCHA
Relator